



Câmara Municipal de Castro Marim

[Handwritten signatures in blue ink]

ATA

Nº 09

reunião extraordinária realizada em 20 abril de 2017

Presidência: Francisco Augusto Caimoto Amaral -----

Vereadores presentes:

Carlos José Muge Nóbrega

Filomena Pascoal Sintra

Célia Paula Palmeiro de Brito

Nuno Miguel Gonçalves Pereira -----

Faltas Justificadas: -----

Hora de abertura: onze horas -----

Balancetes: Foi presente à reunião o balancete referente ao dia 2017.04.19, que acusa os seguintes saldos: -----

Conta Geral da Câmara – 799.910,41 euros;

Conta de Cauções Diversas – 129.590,55 euros;

Conta Fundo Social Europeu - Rede Social – 24.873,15 euros;

Conta Transferência INTERREG III B – ATL Medieval – 4.766,14 euros;

Conta Transferência INTERREG III A – TEE II – 2.193,69 euros;

Caixa Geral Depósitos - Prodep – 144.881,57 euros;

Caixa Geral Depósitos – 175,03;

Caixa Geral Depósitos – 5.773,93 euros;

Banco Comercial Português, SA – 3.063,81 euros;

Caixa de Crédito Agrícola – 24.355,46 euros;

Banco Espírito Santo, SA – 9.867,30 euros;

Banco Bpi, SA – 25.054,07 euros;

Banco Santander Totta, SA - 10.000,00 euros;

Cauções de Empreitadas e Fornecimentos – 391.865,58 euros;

Banco Comercial Português, SA – 365.012,63 euros;

Em Cofre – 10.501,46 euros. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



Câmara Municipal de Castro Marim

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

Ordem do Dia

1. Informações;
2. Relatório de Gestão 2016 – prestação de Contas;
3. – Empréstimo de médio e longo prazo – adenda ao contrato – Banco BPI – até ao montante de 996.383,96;
4. – 3ª Revisão ao Orçamento – PPI 2017 – Rede de Regadio das Margens da Ribeira de Odeleite;
5. – Intervenção do Público, nos termos do nº 1 do artigo 16º do regimento da Câmara Municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu aos Srs. Vereadores o facto de terem acedido a que a reunião se realizasse nesta data e hora. -----

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016 – PRESTAÇÃO DE CONTAS – Foram presentes à Câmara o processo e a Proposta nº. 103/2017/CM, referentes ao assunto em epígrafe. A proposta fica anexa à Ata como documento número um, dela fazendo parte integrante. -----

A Sra. Vereadora Célia Brito apresentou uma declaração de voto, que leu. ----

A Sra. Vice-Presidente, relativamente ao documento apresentado, considera que é importante referir, e é claro nos documentos apresentados, que nunca Castro Marim teve tanta dificuldade, nas duas últimas décadas, de tão baixa receita de capital através de fundos comunitários. Apenas se receberam cerca de 700.000€ em 2016, que resultam do reembolso de despesa com obras que se executaram, nomeadamente, o Mercado de Altura, ainda alguma verba do PROMAR (aquisição de tratores) e alguma verba residual da Foz de Odeleite e da Estrada Altura / Furnazinhas. Para fazer uma candidatura (e estão-se agora a fazer muitas), para ir buscar um milhão de euros, o esforço é muito acrescido e o Município tem-no feito através dos seus recursos internos, no qual também importa algum do seu conhecimento e muito do seu tempo, para se ir buscar 50.000, 100.000, 200.00 euros de fundos comunitários. Ao fazerem estas



Câmara Municipal de Castro Marim

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

declarações de voto, gostaria que os Srs. Vereadores tivessem consciência a que correspondem 800.000 euros de IMI para o Município de Castro Marim na respetiva contrapartida do que são os fundos comunitários, e quão difícil é, neste momento, alcançar fundos comunitários. Quando referem que é necessário fazer a área de negócios, intervir no Castelo e na frente de mar, gostaria que lhe dissessem como se consegue essa receita extraordinária. Neste momento e no contexto da nova Lei das Finanças Locais está a ser feita avaliação do património, a fim de colocar à disposição orçamental a materializar em 2017/2018. Mas com a estrutura de receita e com os compromissos e a forma de cabimentar e executar o orçamento neste triénio, gostaria que lhe dissessem como era possível tê-lo feito. E aí sim, poderia dizer se de facto somos muito incompetentes e incapazes. Mas até lá, ainda terá que conseguir minimamente dar nota positiva. -----

Isto era o que se conseguia fazer até ao momento. Daqui para a frente, com a estabilização que se alcançou a nível orçamental e com a libertação de alguns compromissos a nível de orçamento, está a ser feito um estudo prévio para a requalificação da frente de mare já estão 36 candidaturas apresentadas para algumas destas intervenções. Não há ainda nenhuma para a Área de Negócios do Sotavento. Existem noções importantes que será de ressalvar e dar nota positiva, nomeadamente o investimento que se faz na área do ensino não superior, serviços auxiliares de ensino, com um peso bastante grande, a redução significativa dos custos da cultura ao longo destes 4 anos. Quando se fala no aumento do número de impostos, não houve qualquer aumento de impostos. Há uma nota positiva sobre o IMI e o IMT extraordinários, provavelmente porque há uma nova dinâmica de transações na área do imobiliário no Concelho de Castro Marim, também fruto de muito empenho, e é um pelouro que o Sr. Presidente tem e acompanha permanentemente, ao dia, daquilo que é o urbanismo do Município. Temos sido acusados de maus executores nessa matéria, mas isso também resulta de uma outra dinâmica do mercado e também interna do Município. -----

Relativamente à transferência para as Juntas de Freguesia de Azinhal e Odeleite, que crê foi votado por unanimidade, não é um embuste, conforme diz o Vereador Carlos Nóbrega. Não pode subscrever essa designação do que foi o ato da Câmara. E continua a manter a sua posição de que era ótimo ter um processo negocial capaz, em que todas as partes se revejam, no processo de transferência



Câmara Municipal de Castro Marim

Handwritten initials and signature in blue ink.

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

para as Juntas de Freguesia, em que as propostas sejam feitas nos termos da lei e que a Câmara decida e emita parecer também no contexto dessa mesma lei. Como sabe que isso vai ser umas das bandeiras políticas, devemos objetivamente dizer o que não se fez, o que se perdeu, em termos de serviço de proximidade nas áreas que são suscetíveis de delegar competências no cumprimento do princípio da subsidiariedade. Durante dois anos tivemos dificuldade em perceber o que era delegação de competências e acordos específicos para execução de determinadas ações do Município. Confundi-se o Carnaval de Altura com delegação de competências, mas são matérias diferentes. Não foi nenhum embuste, foi algo de que todos nós nos devemos orgulhar e as duas freguesias conseguem manter os recursos humanos que se propuseram para limpeza dos caminhos e dos espaços públicos. Ainda não foi conseguida uma proposta em que ambas as partes (Altura e Castro Marim) se revissem nela. Não há culpa nem da entidade delegante, nem da que receberá essas possíveis delegações de competências. -----

A nível das receitas extraordinárias, importa referir que houve um valor significativo com a receita das rendas da EDP. Não houve aumento de impostos. Pode ter havido aumento da coleta de impostos, o que é capacidade de execução (como refere o Relatório). Quanto ao IMT, gostaria que este ano triplicasse a receita. Era muito bom sinal e aliviaria um pouco os prejuízos do orçamento de 2018 do IMI, que se viu reduzido para efeitos meramente políticos e eleitoralistas em 2017. -----

Quanto a alguns dos reparos, politicamente o que fariam doutra forma, deixariam de investir na higiene urbana ou na educação ou ação social, questiona. -----

Deixou igualmente nota sobre o relevante investimento no campo da ação social, que é bem expresso nos mapas apresentados. Para se intervir noutras áreas, teremos de conseguir receitas extraordinárias. Neste momento, com as candidaturas aprovadas, quem estiver à frente dos destinos de Castro Marim em 2018 conseguirá governar com outra tranquilidade, que não aconteceu nestes quatro anos. -----

O Chefe da UOGAF, Dr. Paulo Simão, esclareceu que não houve aumento das rendas da EDP, para além das atualizações anuais normais. O que houve foi contabilização de mais uma renda. Habitualmente as rendas são pagas no último



Câmara Municipal de Castro Marim

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

dia do ano. Como normalmente o último dia do ano não é dia útil, só se reconhece a renda no ano seguinte. Embora se reconheça a nível patrimonial, a nível de caixa não. Como em 2016 o pagamento foi feito a 30 de dezembro, inscreveu-se logo nesse ano. Daí este aumento no valor. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega referiu que já era a terceira vez que a Sra. Vereadora Filomena Sintra lhe pergunta “como é que se faz”. O PSD está na Autarquia há 20 anos. Numa reunião anterior em que este assunto foi debatido, a Sra. Vereadora fez-lhe idêntica pergunta e teve oportunidade de dar uma aula de empreendedorismo e de estratégia urbana e de desenvolvimento empresarial e, ou se expressou mal, ou a Sra. Vereadora não percebe o que se anda aqui a fazer. Se quiser saber como se faz uma área de negócios de pequena dimensão ou uma requalificação a um castelo, pergunte ao ex-Presidente da Câmara de Alcoutim; se quiser saber como se faz uma requalificação da frente de mar, pode perguntar ao ex-Presidente Murta e ao Presidente Luís Gomes. Serão as pessoas mais indicadas para explicar como se faz. Porque não basta o que os Vereadores do PS dizem, que a Câmara não pode estar sempre a olhar para o dinheiro dos contribuintes, sem que ela própria fomente práticas e estratégias para que o dinheiro venha dos investidores. Quando uma Câmara não consegue fazer isso, continua-se como nos últimos vinte anos. No tempo do anterior Presidente, não era só por desconhecimento, mas também por *embirrice* em muitas das situações, principalmente, na área do desenvolvimento, dos empresários, dos projetos, que os processos andavam a conta-gotas, consoante ele entendia que deviam andar. Deu o prejuízo que deu. Esta forma de fazer política, normalmente, não é no imediato, é só ao fim de alguns anos que nos apercebemos das consequências. Todos os concelhos limítrofes estão com desenvolvimentos / investimentos brutais e Castro Marim continua a mirar. O problema não está só na economia nacional, está nas pessoas que têm gerido o nosso Concelho. Porque os erros estratégicos pagam-se caro. Enquanto na classe empresarial quem paga os erros são os empresários, na classe política não são os políticos que pagam. E como não querem que o Concelho continue a sofrer como nos últimos vinte anos, o PS tem uma estratégia bem definida e sabe exatamente o que quer para o Concelho. Agora, como se faz a Sra. Vereadora pode perguntar ao ex-Presidente de Alcoutim. -----



Câmara Municipal de Castro Marim

Handwritten blue ink marks, including a star and some illegible scribbles.

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

A Sra. Vice-Presidente manifestou que é um claro exercício de manipulação política e demagogia estes discursos de comparar A com B, quando não comparamos os critérios ex-ante. Irá perguntar à Câmara de Loulé, que também realiza muita coisa. Se queremos comparar, comparamos logo com os grandes. --

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega referiu que a Câmara de Loulé, para além de ter uma parte de serra e outra de litoral, tem tido empresários que foram acompanhados pelos presidentes, para que houvesse desenvolvimento. Essa é a diferença. Em Castro Marim, nunca tivemos um Presidente de Câmara que estivesse ao lado dos empresários. -----

A Sra. Vice-Presidente disse, em jeito de provocação amistosa, que ainda irá fazer uma coligação com o PS, na próxima governação, aquele que considera hoje como mestre dessa escola. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega já havia dito à Sra. Vereadora, mais que uma vez, que o PS aceita todas as pessoas válidas. Provavelmente, teriam de lhe abrir mais os olhinhos para perceber como é que a economia a nível local e regional funciona. Teve professores que estiveram sempre com outras ideias, com outros pensamentos, focados noutras loucuras. Portanto, é bom, quando fizerem a coligação, que a Célia Brito e as pessoas que a acompanham lhe expliquem que não é com vinagre que se apanham moscas. -----

A Sra. Vice-Presidente contrapôs, ironicamente, que é com sonhos e poesia. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega respondeu que é com sonhos, poesia, todas essas coisas boas. -----

A Sra. Vereadora Célia Brito quis deixar algumas notas, nomeadamente, em relação à cultura, que teve um decréscimo. Em "outros serviços", está referenciado 1.600.000€, e depois, à frente, aparece uma nota explicativa em que nesse montante estão englobadas todas as atividades culturais, inclusive os Dias Medievais. A dúvida que se lhe colocou foi se esse montante, a percentagem que é dada à cultura, é retirada a esses 1.600.000€. Porque na verba da cultura estão



Câmara Municipal de Castro Marim

Handwritten initials and signature in blue ink.

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

cerca de 500.000€. E isto naquela rúbrica de 1.600.000€. A diferença é muito grande. Se essa verba está também incorporada na cultura, porque entende que os Dias Medievais são um evento cultural, como se está a ver que essa percentagem. Provavelmente, não é tão baixa como parece. Isto foi o que analisou dos dados. Pode não ser essa a leitura mais correta. -----

Outra nota, em relação às Juntas de Freguesia, temos de assumir que não houve vontade na delegação de competências nas Juntas de Altura e Castro Marim. Porque se tivesse havido vontade das partes, principalmente da Câmara Municipal, teria havido efetiva delegação de competências. Neste momento já não se sente tão apreensiva pois a nova lei da descentralização define logo uma verba, adjudicada do Estado, para que as Juntas de Freguesia tenham a sua justiça de gestão, sem estarem à espera da boa vontade dos presidentes de Câmara e dos executivos camarários. -----

O Chefe da UOGAF esclareceu a Sra. Vereadora, o 1.600.000€ engloba tudo (cultura, Dias Medievais, prestação de serviços com a educação, etc.). O valor dos Dias Medievais já está incluído naquela rúbrica. Não são 1.600.000€ mais os 400.000€ dos Dias Medievais. -----

A Sra. Vereadora Célia Brito referiu que naquela rúbrica (cultura) estão 500.000€ nas “atividades mais relevantes”. E depois em “outros serviços” surge novamente incorporado o aglomerado de “mais cultura”. -----

A Sra. Vice-Presidente referiu que é uma outra forma de agregação. O PPI está agregado pela educação, ação social, cultura, atividades religiosas, por projetos. Mas depois temos o Orçamento com aquisições de bens e serviços, que já tem investimentos de capitais, materiais, bens, serviços. -----

O Chefe da UOGAF explicou que se aprovou o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. O Orçamento tem verbas que estão nas grandes Opções do Plano e verbas que estão só no Orçamento. E o que está identificado por projetos nas Grandes Opções do Plano, tem a devida referência no Orçamento, em diversas rúbricas. A parte da cultura que está determinada em “outros serviços”, porque nem tudo dos Medievais é “outros serviços”. Há, nomeadamente, publicidade, trabalhos especializados, segurança, etc., que têm rúbricas específicas, que a



Câmara Municipal de Castro Marim

Handwritten signatures in blue ink.

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

animação não tem, está em “outros serviços”. No orçamento aparece a totalidade e depois aparece discriminado por projeto o que se gastou com os Dias Medievais e os outros eventos / festas, que estão juntos em “outros eventos religiosos e culturais”. Tudo isso está agregado em “outros serviços”, em termos de Orçamento. -----

A Sra. Vereadora Célia Brito manifestou que, mesmo tirando 500.000€ para a cultura, ainda sobra 1.100.000€ que, para as atividades ali referidas, lhe suscitam dúvidas. São números. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega referiu que pretendia que nesta Ata ficasse transcrito tudo o que se disse. -----

O Sr. Presidente considerou que a declaração de voto dos Srs. Vereadores do PS, que mais uma vez não é novidade, é uma cópia das anteriores e doutros municípios também. Mas esta baixa um bocadinho mais de nível, porque mais uma vez a politiquice vem ao de cima e a baixa política e o ataque pessoal, a calúnia, etc. a que já nos habituamos há algum tempo. Pelos vistos, não aprenderam nada com as sucessivas derrotas eleitorais. Mantêm a mesma postura, a mesma maneira de fazer política. Já era tempo de aprenderem alguma coisa. Como é costume, muita politiquice e não viu uma única referência aos reais problemas dos Castromarinenses. Tal como a Sra. Vereadora Filomena Sintra referiu, não houve aumento de impostos. Houve sim duplicação de receitas, como por exemplo o IMT. Não é aumento de impostos, tem a ver com a nova maneira de trabalhar desta Câmara Municipal, que agiliza os procedimentos essenciais. Portanto, considera que os Srs. Vereadores do PS não aprenderam nada, fazem política da mesma forma, talvez com um bocadinho menos de nível.

Em relação ao Sr. Vereador Carlos Nóbrega, o ex-Presidente da Câmara de Alcoutim não é um logro, nem um embuste. É a mesma pessoa que foi Presidente da Câmara de Alcoutim e é agora Presidente da Câmara de Castro Marim. Faz a política da mesma forma. Tem a sua maneira de ser e de estar na política e não muda nada. Não é um embuste e um logro. Passou aqui quatro anos difíceis, como todos os autarcas do País, como o País inteiro, com as famílias a passarem mal, etc. O QCA está agora a aparecer e, quando houver



Câmara Municipal de Castro Marim

Handwritten blue ink marks, including a star and several scribbles.

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

condições para fazer uma obra como fez no Castelo de Alcoutim, ela será feita aqui. Quando houver condições para fazer um parque empresarial, como fez em Alcoutim, será feito aqui. O ex-Presidente de Alcoutim é a mesma pessoa que o Presidente de Castro Marim, não é outra pessoa. Agora comparar Castro Marim com a Câmara de Loulé, uma das mais ricas do País... -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega manifestou que quem comparou com Loulé foi a Sra. Vereadora Filomena. Ele comparou com a Câmara de VRSAntónio, comparou com o Murta e o Luís Gomes. Em que Vila Real tem uma frente de mar toda requalificada, com passadiços bonitos.-----

A Sra. Vice-Presidente informou que também vamos ter requalificação na frente de mar, tendo o Sr. Vereador Carlos Nóbrega perguntado quando será feita essa requalificação. -----

O Sr. Presidente informou que há uma razão para que isso aconteça e o Sr. Vereador Nóbrega sabe que a APA também tem as suas prioridades. As vergonhas do Algarve eram a Praia da Rocha e a Praia de Monte Gordo e a APA deu prioridade a estas duas praias. Essas intervenções estão para breve. Estamos a desenvolver projetos para fazer também intervenções. Isto tudo em articulação com a APA, fruto de inúmeras negociações. Tudo isso vai ser feito, em termos de projetos. Portanto, o Sr. Vereador não tem uma varinha mágica. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega contrapôs que o Luís Gomes e o Murta não dizem que vão fazer, fazem. Perguntou se sabiam como tinham sido feitos os passadiços da Manta Rota. -----

A Sra. Vice-Presidente referiu que foi na sequência e âmbito das obras do saneamento. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega confirmou que conseguiram incorporar um passadiço com as obras de saneamento. -----

A Sra. Vice-Presidente disse que tem de se ver se a despesa foi elegível. -----



Câmara Municipal de Castro Marim

Handwritten blue ink marks, including a large star-like symbol and several scribbles.

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

Face ao comentário/interrogação do Sr. Vereador Carlos Nóbrega de que “agora a obra está ilegal”, a Sra. Vice-Presidente explicou que ilegível não significa ilegal ou não elegível. Ser elegível tem a ver com os critérios de elegibilidade de cada programa de cofinanciamento. A despesa pode ser investimento total, que pode ter parte comparticipada, elegível ou não, como temos no Concelho, que podemos fazer uma obra de 1.000.000€ e ter 300.000€ elegível e 700.000€ não serem elegíveis. Manifestou pena de Castro Marim não ter conseguido assegurar o co-financiamento análogo, no âmbito do mesmo programa, para outras que eram prioridade. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega perguntou se significa que não vão pagar aquela obra, tendo a Sra. Vice-Presidente contraposto que deveria estar tudo pago, tudo legal e que não foi isso que referiu. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega disse que a obra está cabimentada, enquadrada, feita, está paga, portanto... -----

O Sr. Presidente voltou a dizer que as maiores vergonhas do Algarve eram as praias da Rocha e Monte Gordo. Daí ter havido uma prioridade da APA nessas duas áreas. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega perguntou se a de Castro Marim não? -----

O Sr. Presidente referiu, de novo, que os projetos estão a ser feitos e têm ocorrido várias reuniões com a APA. Neste momento, os projetos de seguimento desses passadiços para Castro Marim estão a ser feitos. Portanto, a seu tempo, tudo isso vai ser feito. -----

A Sra. Vice-Presidente informou ainda que o Município de Castro Marim, neste executivo, conseguiu acompanhar a alteração do POOC que estava em vigor. Porque o que o POOC previa implicava perder concessões já implantadas e não limitava os concursos aos proprietários. Foi este executivo, no seguimento dessas reuniões de trabalho, que promoveu a proposta para algumas dessas alterações. Neste momento, a APA, que assume que não tem condições técnicas / funcionários, está a fazer os concursos, que não podem ser feitos pela Câmara.



Câmara Municipal de Castro Marim

Handwritten blue ink marks, including a star and a signature.

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

Este atraso prejudica-nos politicamente, pela má imagem. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega manifestou que isto aconteceu porque infelizmente tivemos um presidente de Câmara que esteve completamente de costas voltadas para a APA, a CCDRALg. e outras entidades. Até por causa de um “pano azul”. Se não se consegue um entendimento com um assunto desta natureza, como há-se haver entendimento quanto ao POOC ou sobre outra questão nesta frente de mar. Isto está tudo encadeado e o atual executivo não pode branquear o que se passou há dezasseis anos atrás, todo o trabalho mal feito ou que não foi feito, principalmente os Srs. Vereadores Filomena e Nuno. Andou-se de costas voltadas por causa da arrogância, da mania de que se sabe tudo, de que se é todo poderoso. E é por isso que o Concelho continua da forma como está. Por isto é que a nossa frente marítima nunca foi vista como deve ser

A Sra. Vice-Presidente contrapôs e pede que enumere e se tiver informação contrária disponha, e registo em Ata, pois não crê que tenha tido laivos de arrogância ao longo destes anos, em nenhum processo. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega informou que se estava a referir às pessoas que tinham esses pelouros. Ao que sabe, esses assuntos estavam com o Presidente da Câmara. E quando ele dizia que não, os outros não percebiam nada disto, ele é que sabia. -----

O Sr. Vereador Nuno Pereira manifestou que, se durante dezasseis anos andamos sempre de costas voltadas com essas entidades, isso significa que nada foi feito. Não foi feito, onde havia interesse para algumas pessoas. Mas os interesses do Concelho nem sempre podem ir de encontro aos objetivos pessoais. Não devemos ver apenas um lado e esquecer tudo o resto que foi feito. Quando se fala num “pano azul”, considera que aí o José Estevens teve razão. Castro Marim foi muito maltratado por quem geria a Bandeira Azul e não merece ser tratado assim. É um facto que não houve negociações e não se chegou a um entendimento. O que esteve na origem do arrear da bandeira azul no Concelho de Castro Marim, nomeadamente na Praia de Altura, foi um problema que tinha a ver diretamente com a Manta Rota e não com Castro Marim. A Assoc.



Câmara Municipal de Castro Marim

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

Bandeira Azul manteve a bandeira na Manta Rota e retirou-a em Alagoa. O Sr. Vereador Nóbrega, se acompanhou este assunto sabe bem ao que se refere, e que, naquele momento, a posição de Castro Marim foi a mais correta. -----

O Sr. Vereador Carlos Nóbrega disse que todos sabem da pessoa de que se está a falar, da forma como tratava os assuntos e as negociações desta natureza. Um presidente de Câmara não pode ter essa postura, tem de estar ao serviço das pessoas. As questões pessoais, de ego, têm de ficar fora. Não se pode ir para uma negociação pública com esses problemas todos. Quem perde é o Concelho, porque os problemas nunca são tratados convenientemente, são tratados dum forma pessoal. E um presidente de Câmara não pode ver as coisas dum ponto de vista pessoal, tem de ver pela questão da gestão pública. Quando vai para uma negociação tem de ser humilde. Essa é a diferença. Andamos sempre a correr atrás do prejuízo. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente pôs o Relatório de Gestão 2016 e as Contas à votação. A Câmara deliberou por maioria aprovar a proposta. Os Srs. Vereadores Carlos Nóbrega e Célia Brito votaram contra, tendo apresentado declaração de voto, que se anexa à Ata dela fazendo parte integrante. -----

EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – ADENDA AO CONTRATO – BANCO BPI – ATÉ AO MONTANTE DE 996.383,96–
Foram presentes à câmara o processo e a Proposta nº. 104/2017/CM, referentes ao assunto em epígrafe. A proposta fica anexa à Ata como documento número dois, dela fazendo parte integrante. -----

A Câmara deliberou por maioria aprovar a proposta. Os Srs. Vereadores Carlos Nóbrega e Célia Brito abstiveram-se. -----

3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO – PPI 2017 – REDE DE REGADIO DAS MARGENS DA RIBEIRA DE ODELEITE – Foram presentes à câmara o processo e a Proposta nº. 105/2017/CM, referentes ao assunto em epígrafe. A



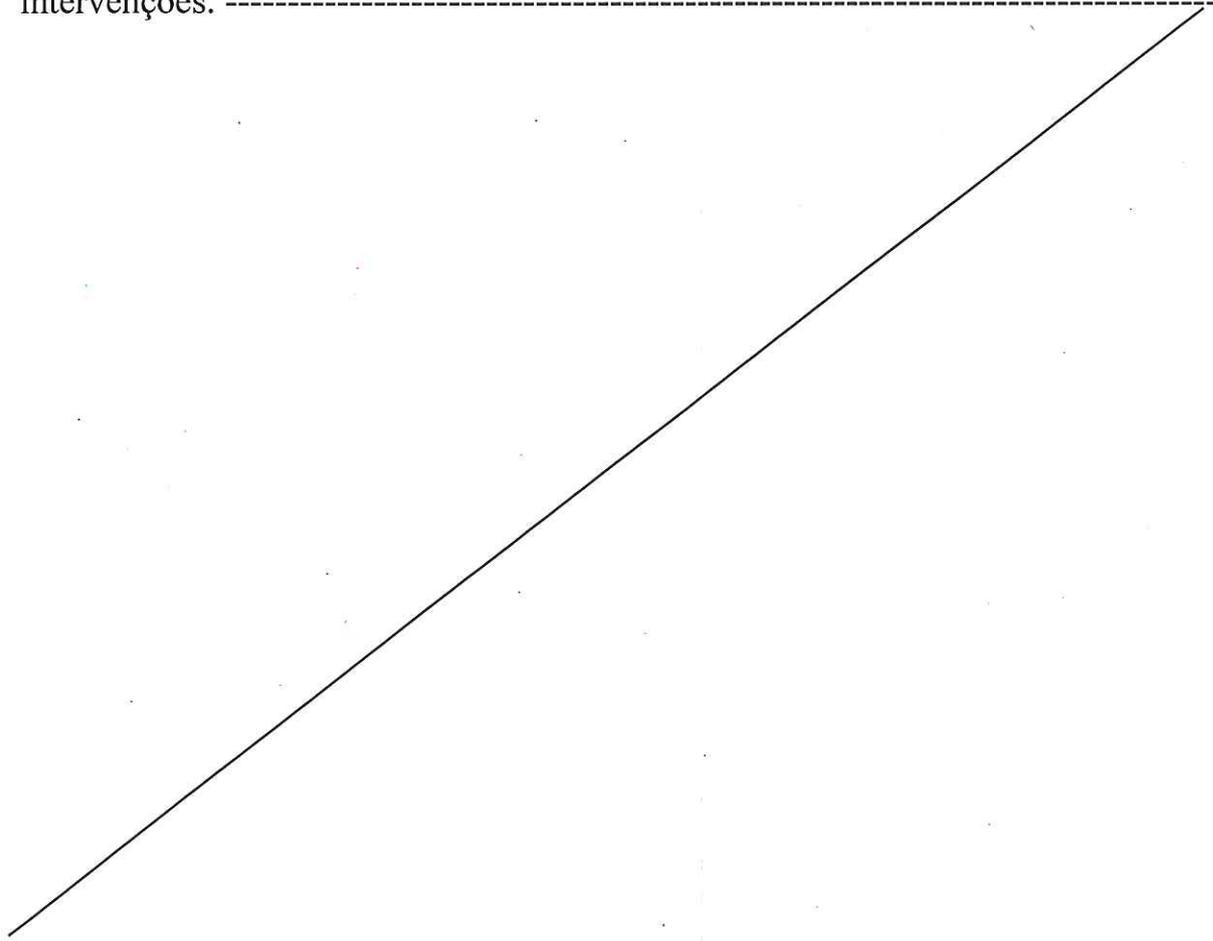
Câmara Municipal de Castro Marim

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

proposta fica anexa à Ata como documento número três, dela fazendo parte integrante. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – não se registaram intervenções. -----





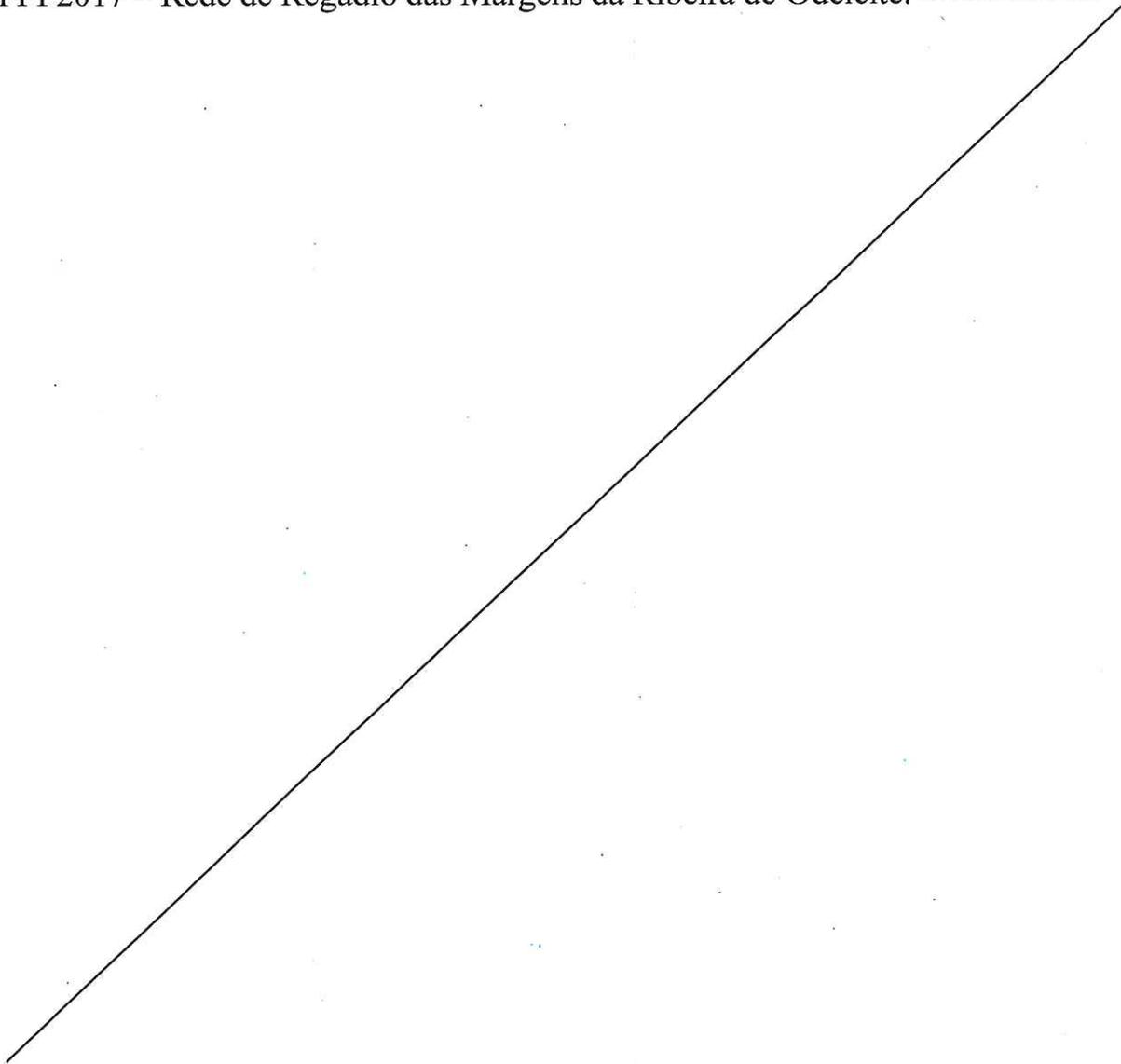
Câmara Municipal de Castro Marim

**reunião 2017/04/20
extraordinária**

Documento número 1 - Proposta n.º 103/2017/CM - Relatório de Gestão 2016 – prestação de Contas e declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista

Documento número 2 - Proposta n.º 104/2017/CM - Empréstimo de médio e longo prazo – adenda ao contrato – Banco BPI – até ao montante de 996.383,96

Documento número 3 - Proposta n.º 105/2017/CM - 3ª Revisão ao Orçamento – PPI 2017 – Rede de Regadio das Margens da Ribeira de Odeleite. -----





CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

PROPOSTA Nº. 103/2017/CM

Relatório de Gestão 2016 - Prestação de Contas

Considerando o estipulado no Decreto Lei nº 54-A/99, Lei 73/2013 de 3 de setembro e Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com as devidas alterações.

Tenho a honra de propor à Câmara Municipal delibere:

- Aprovar os documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 2016;
- Aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido de 2016;

Mais proponho que:

- Uma vez aprovada a proposta, se submeta apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.
- Remeter ao Tribunal de Contas, os documentos de prestação de contas do ano de 2016.

Castro Marim, 17 de abril de 2017

O Presidente da Câmara,

Dr. Francisco Amaral

Castro Marim, 20 de Abril de 2017

Ex ° Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Castro Marim

ASSUNTO: Apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas-Exercício do ano 2016

Os vereadores do Partido Socialista abaixo assinados, Carlos Muge Nóbrega e Célia Paula Brito, no âmbito das competências expressas alínea i) do nº 1, do artigo 33º da lei 75/2013, de 12 de setembro, face à apresentação, análise e discussão dos documentos em referência têm sobre os mesmos a seguinte posição:

Cabe-nos, como membros da oposição, apreciar, comentar e votar os documentos relativos à execução ou da sua falta, face às propostas e promessas que constantemente a força maioritária do executivo PSD apresenta, comentários que certamente tendem a provocar nos decisores o despertar para a consciência da razoabilidade da função nobre de gerir uma autarquia com rigor e determinação.

Desta forma, não conseguimos vislumbrar qualquer alteração deste documento do exercício de 2016 face a anos anteriores, a prestação de contas reflete o mesmo de sempre...

Porque de facto, a lei assim o exige e determina, não consentindo previsões megalómanas não enquadráveis no campo de certeza de obtenção das receitas a orçamentar, o valor da execução orçamental deste ano situou-se naturalmente acima das médias de anos anteriores, atingindo um grau de execução de 82%, contudo, verificamos que em relação às despesas correntes estas atingiram o valor de 9.459.824 euros correspondendo a um

grau de execução de 94% e o valor das despesas de 1.616.703 euros correspondendo a 47 % o que revela uma incapacidade constante e repetitiva da não capacidade de criar desenvolvimento e estratégia para o município de Castro Marim.

É alarmante quando a execução anual a nível do PPI /2016 foi de apenas 36% do previsto.

Insurgimo-nos contra a prática habitual de abrir rubricas para a realização de projetos que todos reconhecem como fundamentais e em relação aos quais o executivo nada executa. Enunciamos aqueles que há anos permanecem no limbo das "coisas indispensáveis por fazer e que se adiam ou que nunca se farão": a Área de Negócios do Sotavento Algarvio (nem máxi nem mini....simplesmente nada), a tão necessária e estruturante valorização do Castelo de Castro Marim e de todo o casco urbano da vila, o imprescindível arranjo paisagístico da frente mar de Altura e zona comercial, a revisão urgente do PDM de Castro Marim, etc....

Ainda, apraz-nos referir que a capacidade de gerar receita deste executivo centra-se nos impostos a que os Castromarinenses estão sujeitos. É notório verificarmos o aumento significativo do valor das rubricas dos Impostos em relação a 2015.

Impostos Diretos 4.846 008.48 €, reflexo do aumento de cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosas de Imóveis.

Em termos globais, verificamos que continuam a existir as seguintes más práticas na ação política do executivo camarário, contra as quais manifestamos a nossa discordância frontal:

Falta de visão estratégica coerente e devidamente planeada;

A não efetiva delegação de competências para todas as Juntas de Freguesia do Concelho e não o embuste verificado apenas para as juntas de freguesia do interior, que mais não representa do que discriminações propositadas e por opções político-partidárias.

Constantemente o Sr. Presidente da Camara Municipal refere que o PS bem como todas as oposições são repetitivas nas críticas efetuadas e negativos nas apreciações. Para dar resposta favorável às suas pretensões dizemos que as nossas preocupações estão relacionadas com a liderança dos destinos do Município, porque exigem muito conhecimento, perícia, sabedoria e grande capacidade implicando a existência de uma boa política integrada em todas as áreas do domínio público, com objetivos bem definidos, os meios bem selecionados e apoiada numa estratégia consolidada.

Esta afirmação deve ser, por certo, um lapso de memória que confirma a justeza do ditado popular "de boas intenções está o inferno cheio!".

Por fim, afirmamos, que pela nossa parte o PS continuará a incentivar o Executivo Municipal a interromper as práticas antigas de ludibriar os eleitores, dando-lhes a entender que existe vontade de realizar projetos com utilidade pública, deixando para as gerações futuras o seu pagamento no limiar de eleições.

É caso para questionarmos, passados quatro anos, se o Sr.º presidente ainda continua e só, a "arrumar a casa", a resolver o seu stress / conflito interno politico...a tentar propagar a sua imagem publicitária...a ajudar alguns amigos ...a vitimar-se com a sua oposição politica. Enfim, a jogar ao faz-de-conta...

Ainda antes de pronunciarmos a nossa intensão de voto, importa fazer referência mais uma vez, à forma cuidada e profissional como a documentação foi elaborada pelos responsáveis do setor financeiro e administrativo.

Desta forma, em consonância ao exposto anteriormente, os vereadores do Partido Socialista votam contra o Relatório de Contas de 2016 da Câmara Municipal, por questões de natureza politica, das opções de gestão de recursos financeiros, que vêm comprometendo o desenvolvimento necessário do nosso concelho, com reflexos negativos na atratividade e competitividade económica e no emprego, o constante recurso a ajustes diretos duvidosos para quase tudo e nada, em detrimento da utilização de recursos humanos existentes, os custos desmesurados com comunicação e publicidade, que em nosso entender não defendem os interesses do Município e da sua população.

Os Vereadores do PS Castro Marim


Carlos Nóbrega


Célia Brito



[Handwritten signatures]

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

PROPOSTA Nº. 104/2017/CM

Empréstimo de médio e longo prazo - Adenda ao Contrato - Banco BPI - até ao montante de 996.383,96 €

Considerando a informação nº 1462 de 2017/04/17, remetida em anexo, através da do técnico da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira;

Tenho a honra de propor à Câmara Municipal que delibere:

Remeter o assunto à Assembleia Municipal, sob a forma de proposta, nos termos da alínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação da Adenda ao Contrato referente ao empréstimo no valor de 996.383,96 € do Banco BPI, SA.

Castro Marim, 17 de abril de 2017

O Presidente da Câmara,

Dr. Francisco Amaral



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

PROPOSTA Nº. 105/2017/CM

3ª Revisão ao Orçamento - PPI 2017 - Rede de Regadio das Margens da Ribeira de Odeleite

Considerando a informação nº1457 de 2017.04.17, do Chefe da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira que se anexa.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal:

- A 3ª Revisão Orçamental 2017.

Castro Marim, 17 de abril de 2017

O Presidente da Câmara,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco Amaral'.

Dr. Francisco Amaral



Câmara Municipal de Castro Marim

Às 11h50m foi aprovada e assinada a Minuta da Ata e encerrada a sessão e
Eu, Assistente Técnica _____,
a subscrevi. -----

O Presidente,

Francisco Augusto Caimoto Amaral

Os Vereadores,

Carlos José Muge Nóbrega

Filomena Pascoal Sintra

Célia Paula Palmeiro Brito

Nuno Miguel Gonçalves Pereira